

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 31.933 - SE (2012/0013059-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE** : HAMILTON GEORGE DE SOUZA  
**ADVOGADO** : MARCUS FERREIRA SANTOS DE SOUZA E OUTRO(S) -  
BA020330  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por **HAMILTON GEORGE DE SOUZA**, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5.<sup>a</sup> Região no HC n.º 0012435-44.2011.4.05.0000.

Pretende o recorrente, em suma, o sobrestamento da Ação Penal n.º 0004061-89.2007.4.05.8500 e a declaração de extinção da punibilidade relativamente aos delitos praticados no período de 1996 a 1999.

**É o relatório.**

Decido.

O presente recurso perdeu o seu objeto.

Consoante pesquisa na página oficial do Tribunal Regional Federal da 5.<sup>a</sup> Região, na *internet*, verifica-se que sobreveio à interposição do presente recurso, o julgamento da Ação Penal n.º 0004061-89.2007.4.05.8500, em 03/04/2014.

Na sentença, o Juízo da 3.<sup>a</sup> Vara Federal de Sergipe afastou a preliminar de prescrição da pretensão punitiva estatal, com fundamento na Súmula n.º 493 do STJ, e absolveu o réu das imputações, nos termos do art. 386, inciso III, do Código de Processo Penal, excluindo a culpabilidade do acusado por inexigibilidade de conduta diversa.

Em grau de apelação, a Corte Regional deu provimento ao recurso ministerial para julgar procedente a pretensão punitiva estatal e condenar o recorrente à pena de 3 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão, pela prática da infração penal prevista no art. 168-A, *caput*, c/c art. 71, ambos do Código Penal. A pena privativa de liberdade foi substituída por restritivas de direitos.

Interposto recurso especial (REsp. n.º 1.580.367/SE), este foi parcialmente provido para reajustar a pena do recorrente para 2 anos, 8 meses e 20 dias de reclusão.

O feito transitou em julgado em 13/03/2018.

Diante do exposto, **julgo prejudicado** o recurso.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

**MINISTRO RIBEIRO DANTAS**

Relator